

O governo das escolas: os novos referenciais, as práticas e a formação

Cleide M. F. PERINI¹

Com o presente texto nos propomos relatar as atividades desenvolvidas dentro da programação do IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e 3º Congresso Nacional do Fórum Português de Administração Educacional, ocorrido em Lisboa, Portugal, no período de 12 a 14 de abril de 2007, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. O evento contou com 254 (duzentos e cinquenta e quatro) participantes, registrando a inscrição de 128 (cento e vinte e oito) brasileiros.

Uma realização conjunta do Fórum Português de Administração Educacional (FPAE) e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), o IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação destinou-se a contribuir para análise e discussão das novas exigências que se apresentam à direção das escolas, face às mudanças significativas pelas quais passa a educação, exercendo influência em seus valores, princípios e práticas. Da Comissão Organizadora participaram Afrânio Mendes Catani (USP), Benno Sander (ANPAE/UFF), Berta Macedo (Profª. apos.), Cristina Carvalho (EB1-ME), Filomena Marques (eForgets), Graça Guedes (SGME), João Pinhal (FPCE-UL), Lucilia Ramos (DEGRHE-ME), Luis Leandro Dinis (ESAR- ME), Maria Beatriz Bettencout (FPAE), Romualdo Portela de Oliveira (USP) e Sofia Viseu (FPCE-UL). A coordenação brasileira ficou a cargo de Afrânio Mendes Catani e Romualdo Portela de Oliveira.

Incluídas no tema *O governo das escolas: os novos referenciais, as práticas e a formação*, três áreas temáticas apresentaram-se como aspectos centrais de debates sobre os desenvolvimentos recentes no campo da administração educacional e da formação de gestores escolares: *as atuais pressões externas sobre a escola*: a descentralização e responsabilização das escolas, a avaliação externa e elaboração de “rankings”, a competição pela conquista de públicos e o poder parental na escolha e na administração da escola; *os novos perfis profissionais na administração da educação*: novas funções e novas práticas dos gestores escolares, os novos atores locais na administração educacional, o novo

¹ Membro do GEOPLAGE (Grupo de Estudos Organizações, Planejamento e Gestão), Departamento de Ciências da Educação, Faculdades de Ciências e Letras- UNESP- Araraquara

gestor e a micropolítica da escola, a profissionalização e elegibilidade do gestor escolar; e, por último, *a formação para a gestão educacional*: os perfis de formação dos gestores da educação, modelos de formação em administração educacional e sua análise crítica, experiências inovadoras de formação e de validação de conhecimentos adquiridos no desempenho profissional.

A organização do congresso se ancorou em conferências, painéis, mesas redondas e comunicações orais, atividades que se fizeram acompanhar pela abertura de espaço para debates. Foram realizadas quatro Conferências, dois Painéis temáticos em sessões plenárias, duas Mesas redondas sobre as temáticas do congresso, aplicadas ao Ensino Superior e, ainda, 35 (trinta e cinco) mesas destinadas à comunicação oral de trabalhos inscritos pelos congressistas e aceitos pela organização, uma a menos que o total previsto, em razão da ausência de alguns autores.

A Conferência inaugural ficou a cargo do renomado investigador Maurece Tardif, Reitor da Haute École Pedagogique BEJUNE (Suíça) e Professor da Universidade de Montreal (Canadá), sendo os trabalhos conduzidos por João Barroso, Presidente do Conselho Diretivo e Professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Sob o tema “Gouvernance, injustices scolaires et dilemmes des directions d'établissement”, a temática da gestão foi abordada a partir de uma dupla perspectiva crítica.

Reconhecendo que a *gouvernance* tem sido um tema da moda, que na maioria das vezes possibilita hipóteses relacionadas com o surgimento de novas políticas educativas e de novas relações entre os estados nacionais, a esfera privada e os sistemas escolares, Tardif considera que essas novas políticas remetem ao crescimento de um modelo comercial de regulação da oferta e dos desempenhos escolares, do capitalismo neoliberal e da globalização e, também a uma transformação interna das funções e orientações estatais na gestão dos grandes sistemas escolares públicos. Acredita ainda, que se a evolução escolar norte-americana e europeia for situada em um período mais longo, da metade do século XIX ao final do século XX, o que se chama de nova *gouvernance* pode muito bem aparecer como uma máscara nova, jogada sobre velhos investimentos e velhas lutas de poder em torno do controle do sistema escolar e das negações de democracia que, freqüentemente, marcaram sua evolução em 150 anos. Segundo o

mesmo autor, a nova *gouvernance* retoma, talvez, sem contar o episódio utópico de democratização dos sistemas de ensino durante o período de 1950 a 1980, mais ou menos, os modelos antigos de injustiça e de iniquidade, que sempre foram característica do acesso à escola e dos trâmites escolares e institucionais. Sob esta perspectiva, a nova *gouvernance* será, pelo menos em parte, um engodo que precisa ser decomposto à luz de uma história de relações dos poderes sociais sobre a escolarização.

No contexto dessa hipótese crítica, o conferencista considerou pertinente examinar as pressões contraditórias que são exercidas, hoje, sobre os estabelecimentos e suas direções. De um lado, as direções dos estabelecimentos desenvolvem-se dentro de uma verdadeira torrente de discursos sobre a *gouvernance* e sob as imposições da nova regulação; por outro, devem, cada vez mais, gerenciar no cotidiano o aumento das injustiças e da iniquidade, sem falar nas compressões orçamentárias e na diminuição dos meios que poderiam garantir o sucesso escolar de um maior número.

Nesse sentido, dirigir um estabelecimento revela-se hoje não a arte da nova *gouvernance*, mas o confronto com os dilemas insolúveis que colocam o exercício da função de direção numa corda constantemente bamba.

Os novos perfis do gestor escolar no Brasil e as novas práticas que a ele se apresentam constituíram o tema abordado pela conferencista Regina Vinhaes Gracindo, Professora da Universidade de Brasília que, para dar suporte às suas reflexões, realizou a análise das formas de gestão escolar identificadas no cenário educacional brasileiro.

Uma delas, reflexo de uma visão economicista, desenvolvida em larga escala no sistema educacional brasileiro nos anos de 1970, assumiu a postura neotecnicista da administração gerencial, tendo como referência principal o mercado. Nesse caso, segundo Gracindo, o termo *gestão escolar* apresenta-se como sinônimo de gerência e essa forma de gestão, como politicamente neutra, embora contribua para a manutenção da realidade vigente. No entanto, quando a gestão escolar assume uma prática diferente, focalizando a essência do processo educativo e considerando os sujeitos sociais envolvidos em sua prática, adota a relevância social como direção para suas ações e revela uma visão sócio-antropológica, o que conduz a uma experiência democrática, no interior da escola. Envolve todos os segmentos escolares na concepção, implementação e avaliação

do trabalho escolar desvelando as dimensões política e pedagógica da gestão escolar, intrinsecamente ligada à prática educativa e com um forte compromisso com a transformação social.

Com essas características, no Brasil, a gestão escolar assumiu a denominação de gestão democrática do ensino, a partir da Constituição Federal de 1988.

Foi no contexto da gestão escolar democrática que as reflexões da conferencista se realizaram. Pela própria natureza, essa forma de gestão volta-se para a crescente autonomia escolar, novas formas de escolha de seus dirigentes e, ainda, para a inclusão de novos personagens na tomada de decisões, o que demanda um novo perfil para o dirigente escolar; requer um gestor que possua postura democrática, tornando necessário novas práticas. Dentre essas, Gracindo destacou a importância da relação do gestor com os conselhos escolares, grêmios estudantis e outras formas de participação dos seguimentos que compõem a escola, além da comunidade local, prática que traz legitimidade às ações do gestor. Acredita, pois, que a prática desenvolvida por esse novo gestor escolar irá possibilitar a construção de uma escola sonhada há muito pela sociedade brasileira: democrática em sua essência e cidadã em seus objetivos.

A investigação sobre a gestão da educação em Portugal e no Brasil foi tema das conferências finais, proferidas por Benno Sander e Licínio Lima. Na presidência da mesa esteve Maria Beatriz Moreira Luce, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, Sander é pesquisador e consultor internacional em educação e ciências sociais tendo como principal interesse acadêmico o estudo das políticas públicas, da administração da educação e da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

Na abordagem do tema, *Pesquisa sobre gestão da educação no Brasil: temáticas, resultados e perspectivas*, o conferencista manteve o eixo de sua discussão nos progressos alcançados ao longo da história da educação brasileira, especialmente nas últimas décadas. Nesse contexto, destacou os desafios que a gestão da educação enfrenta hoje para dar um novo salto qualitativo na produção científica e explorar as potencialidades da pesquisa educacional para a formulação de políticas e práticas de gestão da educação. Seu pronunciamento sustentou-se

em duas fontes principais: as pesquisas educacionais publicadas pela Revista Brasileira de Política e Administração da Educação e outros estudos da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE e, ainda, o banco de teses da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A busca e interpretação do conhecimento no campo da educação e da administração do ensino, segundo o conferencista, desde há muito é uma constante da história política e administrativa do país, manifestando-se tanto nas tentativas de importação de perspectivas teóricas e modelos heurísticos do exterior, como nos esforços de criação de soluções teóricas e metodológicas nacionais. O conferencista destacou três momentos no campo da gestão da educação, no Brasil. Os estudos tiveram início com os educadores portugueses que vieram para este país amparados pelo sistema público confessional de ensino, adotado pela Coroa de Portugal; porém, foi o direito civil romano que trouxe a infra-estrutura legal para a incorporação da cultura política e organizacional e dos princípios de administração pública e educacional. Os estudos e publicações do período colonial apresentaram natureza descritiva e legalista caracterizando-se pelo caráter normativo e pensamento dedutivo. O cristianismo reiterou a força normativa e a lógica dedutiva do enfoque jurídico. O positivismo deixou sua marca com a introdução da metodologia empírica e dos modelos normativos de administração. Assim, conforme Sander, os estudos e publicações do período colonial refletem a influência simultânea do escolasticismo católico, do racionalismo positivista e do formalismo legal na organização e administração da educação brasileira.

Um segundo momento importante no campo da gestão da educação, no Brasil, destacado pelo conferencista, ocorreu na Primeira República (1889 – 1929), especialmente nas primeiras décadas do século XX. Um novo capítulo começou a ser escrito, consolidando-se na década de 30, à luz dos desenvolvimentos teóricos e trabalhos empíricos em administração pública e empresarial da Europa e dos Estados Unidos e da efervescência intelectual do movimento da Escola Nova e do Movimento dos Pioneiros da Educação, no Rio de Janeiro. Nessa fase estabeleceram-se os primeiros contornos teóricos e metodológicos e os conteúdos iniciais de administração escolar nos meios acadêmicos.

Um novo momento da história da administração da educação, no Brasil, também apresentado pelo conferencista, teve início em 1961 quando os professores titulares de Administração Escolar e Educação Comparada das universidades brasileiras, reunidos na Universidade de São Paulo, fundaram a Associação Nacional de Administração Escolar, hoje Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), que se tornou arena de debates e estudos dos profissionais da área. Estes passaram a ter suas pesquisas e ensaios socializados, a partir dos anos 80, através da Revista Brasileira de Administração da Educação.

Com o surgimento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no final da década de 70, e o estabelecimento posterior de seu Grupo de Trabalho sobre Estado e Políticas Educacionais, consolidou-se, conforme Sander, a atuação da comunidade acadêmica no campo das políticas públicas e da gestão da educação no Brasil. Nas três últimas décadas, período em que o campo educacional foi alvo de permanentes pressões provenientes da democratização, dos movimentos sociais e dos influxos neoliberais da mundialização da economia, os estudos apresentam o papel da pesquisa como instrumento de interpretação histórica das práticas de intervenção concreta na educação e na gestão da escola. A revisão da produção intelectual das décadas de 80 e 90 revela uma preocupação com a definição de uma nova identidade do administrador da educação e a reconstrução de seu perfil político e técnico condizente com o movimento sociopolítico da época.

A conferência foi concluída com a discussão de perspectivas de desenvolvimento, para um novo salto de qualidade na produção científica. Sander considera o panorama promissor, não deixando de destacar o grande esforço necessário para formação do pesquisador, como parte de sua formação para a docência no ensino superior e, ainda, a constituição de programas e equipes especializadas de pesquisa nas universidades e centros de formação dos profissionais da educação.

Em seguida, Licínio Lima abordou a *Investigação em Administração Educacional em Portugal*, em estreita relação com a importante atividade de investigação e formação na área da administração educacional que desenvolve em diversas universidades, coordenando grupos de pesquisa e proferindo palestras.

Professor da Universidade do Minho tem na Sociologia das Organizações Educativas sua principal área científica de investigação.

Lima apresentou a investigação em Administração Educacional em Portugal como bastante recente, se comparada com a de outros países dos continentes europeu e americano. Segundo o conferencista, uma atividade sistemática de investigação em Administração Educacional só ocorreu de fato, em Portugal, a partir da segunda metade da década de 1980, contrapondo-se a mais de um século de experiência no ensino, em contextos de educação pós-secundária, de vários cursos ou disciplinas que podem ser associados à área que hoje designamos de Administração Educacional.

A partir desse referencial, o conferencista voltou-se para a reflexão sobre a emergência e o desenvolvimento consideravelmente tardio da investigação em Administração Escolar, suas principais características no que se refere à filiação teórica, às temáticas e resultados, assim como às perspectivas de seu desenvolvimento, sustentando seu pensamento em vários trabalhos de síntese realizados nos últimos anos, e diversos trabalhos de investigação, publicados ou não sendo estes, em sua maioria, trabalhos de doutorado e de mestrado, com predominância da investigação produzida em campo.

Não obstante a diversidade de perspectivas que marcam profundamente os entendimentos institucionais do ensino pós-graduado em Administração Educacional, da sua vocação e dos seus objetivos, observa-se, conforme Lima, que a diversidade em termos de produção de conhecimento é consideravelmente menor, não apenas pela influência exercida por alguns centros de investigação e de produção acadêmica, sistemática e de manifesta visibilidade no país e fora deste, mas também devido ao fato de a investigação no campo se encontrar muito menos disseminada e consolidada do que a generalidade dos projetos de ensino, em sua maioria, desarticulados de uma atividade de investigação própria e, em continuidade, rompendo com o conhecido princípio da indissociabilidade do ensino e da investigação na educação superior.

Incluído nas temáticas do congresso, o Painel I teve como tema “Os modelos de formação dos gestores escolares face às mudanças dos seus perfis e funções”, dele participando Clélia Brandão Alvarenga Craveiro – Professora da Universidade Católica de Goiás, Jorge Adelino Costa - Professor da Universidade de Aveiro e Michel Boyer, Professor da Universidade de Sherbrooke, Quebec, Canadá.

Repensando a formação do educador e do gestor escolar no Brasil, Clélia Brandão partiu das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, aprovadas em dezembro de 2005. Abordou essas novas diretrizes como fruto de longo, amplo e participativo processo de estudos e discussões que marcam um momento importante de reaproximação das entidades educacionais brasileiras organizadas e da comunidade educacional, na construção de políticas públicas para a formação do educador e do gestor.

Acredita Brandão que essa construção participativa deve persistir durante o período de implementação das diretrizes e defende que essa perspectiva se fundamenta na compreensão de que o Conselho Nacional de Educação é um dos espaços democráticos responsáveis pelo permanente acompanhamento e avaliação das políticas educacionais do País.

A problemática da formação dos gestores das escolas portuguesas, com enfoque para a situação das escolas públicas, foi analisada por Jorge Adelino, que ressaltou a não exigência em Portugal, até 1998, de formação especializada para o desempenho do cargo de gestor da escola pública, embora a “predisposição político legal” existisse desde o início da década de noventa, fato que conduziu à multiplicação de cursos nessa área, conjugando os interesses da oferta e da procura.

Para Adelino, torna-se fundamental rever e reestruturar a formação de gestores escolares em Portugal, de acordo com um modelo curricular que, centrado no desenvolvimento pessoal e profissional do formando, atribua equilíbrio a quatro dimensões: a vertente teórica, a dimensão prática, conhecimentos técnicos e desenvolvimento de liderança. Também como membro do Painel I, Michel Boyer apresentou os modelos de formação dos gestores no Canadá, ressaltando a formação profissional em nível de mestrado e o desenvolvimento, em exercício, de competências para a direção. Discutiu, também, a importância da teoria para o desenvolvimento da prática. A coordenação do debate, no Painel I, coube a Maria Beatriz Bettencourt, Presidente do Fórum Português de Administração Educacional. Para discussão da gestão das escolas frente às exigências políticas e aos desafios pedagógicos, participaram do Painel II João Carlos de Matos Ribeiro e Mariana Dias, ambos portugueses, e Márcia Ângela da S. Aguiar – Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

Os conflitos entre as exigências políticas e os desafios pedagógicos, no âmbito do caráter ambíguo dos papéis do gestor escolar, mereceram a atenção de Matos Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e Professor da Escola Secundária Stuart Carvalhais, que questionou essas exigências e esses desafios: constituem uma zona de conflito ou de complementaridade?

Os dilemas do gestor escolar e da dupla representação que habitualmente faz do seu papel foram então discutidos: agente da conformidade ou da mudança? Agente da racionalidade administrativa ou da racionalidade pedagógica? Chefe executivo ou líder pedagógico? Administrador local e representante do Estado ou líder profissional? O expositor trouxe ainda para discussão a ambigüidade dos sinais emitidos pelo Estado, o principal agente do caráter conflituoso e contraditório do papel a ser desempenhado pelo gestor. Para Ribeiro, essa ambigüidade também se faz presente quando parece se exigir ao gestor escolar que seja, por um lado, um ponto de equilíbrio e de arbitragem de um complexo jogo de atores e interesses locais, que fazem da escola um espaço de transformação das políticas públicas de educação, um negociador, um mediador e, por outro, um representante do Estado, a quem se exige que vele pelos seus interesses, pelo estrito cumprimento da lei e pela execução rigorosa das medidas previstas nas políticas educacionais.

Na mesma direção mostrou-se a reflexão de Mariana Dias, Professora da Escola Superior de Educação de Lisboa, ao apresentar a concretização da administração da educação, em Portugal, no quadro de um sistema centralizado e hiper-regulamentado.

Enquanto serviços periféricos do Estado, conforme elucidou a expositora, as escolas portuguesas não possuíram, de fato, direção própria; a quebra dessa tradição teve início em meados da década de 80, quando o Estado começou a defender a participação da sociedade civil na resolução dos problemas educativos e a introduzir mecanismos de micro-regulação nas escolas. Analisou, também, o impacto das mudanças que ocorreram nas escolas básicas portuguesas, nas últimas décadas, com o discurso político ressaltando o papel dos atores locais na definição das políticas educativas e criando novos dispositivos para a gestão da administração das escolas públicas.

Estudos de Dias evidenciam que o impacto das novas políticas públicas para a educação varia, de forma significativa, com as características sociais e organizacionais dos estabelecimentos de ensino. No entanto, afirma que, apesar

dessas diferenças, é possível identificar padrões comuns de mudança em todas as escolas analisadas: funções profissionais dos professores, padrões de *colegialidade*, hierarquias escolares e estilos de liderança.

Também discutindo a temática do Painel II, *A Gestão das escolas entre as exigências políticas e os desafios pedagógicos*, Márcia Aguiar enfatizou a luta pela ampliação dos espaços de participação política pelos setores organizados da população brasileira, desde os anos de 1980, no sentido de intervir na definição dos rumos das políticas públicas de educação e, ainda, a definição da gestão democrática do ensino público como princípio, pela Constituição de 1988. A expositora discutiu a democratização da gestão das redes públicas no Brasil, tendo como foco a política desenvolvida pelo Ministério da Educação, com o propósito de incentivar a organização e a dinamização dos conselhos escolares nas escolas de educação básica, como forma de participação da comunidade escolar e de segmentos da sociedade civil na construção do ensino de qualidade, referenciado pelo social. Defendeu a tese de que o investimento na formação dos conselheiros escolares no tocante aos conteúdos políticos e pedagógicos da gestão escolar abre perspectivas para uma ação participativa mais qualificada, particularmente no processo de construção do projeto político-pedagógico escolar.

No Painel II, a coordenação do debate foi conduzida por Dalila Andrade Oliveira, Professora da Universidade Federal de Minas Gerais.

Também constando da programação do IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e 3º Congresso Nacional do Fórum Português de Administração Educacional realizaram-se duas Mesas redondas, destinadas à discussão sobre o governo das instituições de ensino superior no Brasil e em Portugal. Delas participaram Maria Estela Dal Pai Franco, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Afrânio Catani, Professor da Universidade de São Paulo; e, pelo lado português, representantes do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES) e da Universidade de Lisboa. A coordenação e os comentários ficaram a cargo de Belmiro Gil Cabrito, Professor da Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade de Lisboa e de Henrique Costa Ferreira, Professor da Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança.

A expansão do ensino superior no Brasil e o acesso da população constituíram foco dos pronunciamentos dos representantes brasileiros. Para Catani,

Universidade de São Paulo, o dilema crucial com que hoje se depara no país diz respeito à ampliação do acesso, em especial, o acesso de um amplo segmento populacional que regularmente vem concluindo o ensino médio e pretende dar continuidade a seus estudos. Defende a concepção segundo a qual, ao mesmo tempo em que se torna necessário ampliar o acesso e diversificar o sistema como um todo, também se apresenta necessário manter e ampliar o investimento em ciência e tecnologia, especialmente nas universidades, de forma a garantir o nível de autonomia científica que o país já alcançou.

Sobre essa mesma temática se manifestou Maria Estela Franco, Universidade Federal do Rio Grande do Sul analisando a expansão do ensino superior brasileiro, e seus desdobramentos educacionais, sociais e econômicos, como uma questão preocupante.

Embora as vagas da educação superior brasileira tenham crescido de 634.236 em 1996, para 2.320.421 em 2004, registrando um aumento de 265,9%, esse aumento, segundo Franco, não atinge o desejável face à complexidade nas relações demanda – vagas - egressos. Em seu pronunciamento mereceu destaque o espaço que a expansão do ensino superior ocupa nas políticas públicas brasileiras.

Para membros do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior – CIPES, em Portugal, as instituições enfrentam hoje muitos e diversos problemas, que requerem soluções diferentes e inovadoras. Frente a esses novos problemas, necessitam, forçosamente, de questionar as suas finalidades e objetivos, os seus processos acadêmicos e operacionais sem, contudo, perder de vista suas características particulares enquanto organizações e seu *ethos* enquanto instituições especialmente orientadas para o trabalho sobre o conhecimento e a promoção do desenvolvimento das sociedades. Assim, consideram fundamental que essas instituições repensem e pensem estrategicamente o seu futuro, numa perspectiva de melhoria contínua da sua qualidade e da qualidade das suas atividades. O planejamento estratégico foi apresentado como ferramenta importante de suporte à gestão; uma ferramenta utilizada na implementação de respostas institucionais apropriadas às mudanças nas condições internas e externas. Esses investigadores apontaram como o tópico de discussão mais atual nos círculos do ensino superior na Europa, incluindo Portugal, a *Declaração de Bolonha*, com inevitáveis conseqüências para o ensino superior.

Na mesma direção, Luisa Cerdeira, da Universidade de Lisboa, se propôs a analisar os impactos da *Declaração de Bolonha*, no que diz respeito aos recursos financeiros do ensino superior. Para a expositora, as instituições foram como que impulsionadas a fazer a reforma, sem que previamente tivessem tempo para planejar a redefinição dos mecanismos de financiamento e de gestão. Assim, considera muito frágil a percepção das implicações futuras de todo o processo, por parte dos responsáveis.

Quanto às comunicações orais que receberam o aceite da organização do evento, 145 (cento e quarenta e cinco) em seu total, foram apresentadas em 35 (trinta e cinco) Mesas realizadas durante o segundo dia do congresso. Na coordenação dessas Mesas estiveram: Alfredo Bernardo Serra, Antonio Augusto Mendes Neto, Antonio Lisboa Souza, Beatriz Bettencourt, Belmiro Gil Cabrito, Celso João Ferreti, Dagmar Maria Zibas, Dilmeire Vosgerau, Domingos Alberto Bento, Donaldo Bello Silva, Emina Santos, Fernando Ilídio Ferreira, Guilherme Rego Silva, Henrique Costa Ferreira, Iria Brzezinski, João Ferreira Oliveira, João José Veiga, Jorge Adelino Costa, Jorge Ávila de Lima, José Manuel Silva, Kátia Siqueira de Freitas, Leonor Lima Torres, Lourdes Marcelino Machado, Luísa Fernandes Homem, Magali Castro, Maria Graça Guedes, Maria Lucília Ramos, Mariana Conceição Dias, Marly de Abreu Costa, Miguel Henrique Russo, Naura Syria Carapeto Ferreira, Paulo Alexandre Louro, Pedro Ganzelli, Sofia Viseu e Vani Moreira Kenski.

Distribuídas pelas três áreas temáticas, 52,4% das comunicações discutiram “*os novos perfis profissionais na administração da educação*”, percentual que nos parece demonstrar um expressivo interesse dos congressistas pelas mudanças que vêm ocorrendo no âmbito da administração da educação, intimamente relacionadas com as mudanças pelas quais passa a sociedade, nos dias de hoje. Dentro dessa temática, os trabalhos contemplaram vários assuntos, colocando-se entre eles as políticas públicas, planejamento em educação, municipalização do ensino, a formação do gestor escolar, gestão democrática na escola pública e nos sistemas de ensino, gestão participativa, os colegiados escolares, problemas e entraves à gestão da escola pública, descentralização da gestão, perfil dos gestores escolares, liderança na gestão escolar e liderança pedagógica, eleição de diretores escolares, estabelecimento de parcerias, financiamento da educação.

As outras duas temáticas do congresso (*atuais pressões externas sobre a escola e formação para a gestão educacional*) contaram, respectivamente, com 33,1 e 14,5% dos trabalhos aceitos.

Cabe ressaltar que um expressivo número de comunicações apresentou autoria brasileira, atingindo 74,5% do total das que foram aceitas. Este fato fez com que algumas Mesas fossem realizadas apenas com a participação de brasileiros, o que, porém, não prejudicou o brilho das discussões e a troca de experiências, face à diversidade que caracteriza significativamente as várias regiões brasileiras, do ponto de vista econômico, social, cultural e educacional.

Uma realização conjunta do Fórum Português de Administração Escolar e da Associação Nacional de Política e Administração Educacional, o IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração Educacional constituiu, de fato, uma oportunidade para ricas experiências, a partir da análise e discussão das novas exigências que se apresentam à direção das escolas.

Tornou possível, ainda, à Associação Nacional de Política e Administração Educacional negociar uma nova parceria internacional, dessa vez com o Fórum Europeu de Administração Educacional, que congrega especialistas da União Européia, hoje presidido pelo Dr. Juan Salame Sala, da Espanha. Conforme Benno Sander, essa parceria tomará forma concreta com a realização do Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, cuja primeira edição se realizará junto com a programação do XXIII Simpósio Brasileiro e do V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, com data prevista para o período de 10 a 14 de novembro de 2007, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.